## PROJETO DE LEI № , DE 2015

(DO SR. FÁBIO MITIDIERI)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, com a finalidade de proibir a venda de produto não disponível em estoque e penalidades".

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 39 e o art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 39
XIV – comercializar produto não disponível em estoque, sem informar adequadamente o consumidor."
"Art. 66
§ 1°
§ 2º Quem oferecer, expor à venda, ou comercializar produto que
não possui em estoque, sem comprovadamente informar, no prazo de 10 dias

Pena -multa de 30% sobre o valor do produto.

daquela oferecida ao consumidor final:

da celebração da compra do produto, ou entregar produto de origem diversa

§ 3º Incide nas mesmas penas do § 2º o comerciante que, após informar o consumidor, não adquirir os produtos para posterior comercialização.

§ 4º Se o crime é culposo:

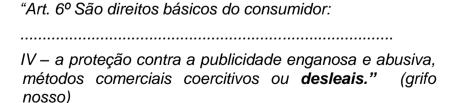
Pena – multa de 5% sobre o valor do produto."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Uma prática ainda frequente e muito lesiva aos consumidores é a venda de produtos não disponíveis em estoque. Trata-se de prática comum, seja no comércio tradicional, quanto no *on-line*. Muitas vezes, por má-fé, os varejistas se utilizam de tal expediente no intuito de atrair o cliente para a loja com propagandas enganosas sobre os preços baixos dos produtos em tese ofertados. No entanto, quando do momento da compra, lojista informa a indisponibilidade de estoque e passa a oferecer produtos "similares" a preços mais elevados. De forma análoga, há casos em que se verifica a realização da transação, mas não a entrega do produto, frustrando as expectativas do cliente.

Em nosso entendimento, a prática contraria um dos direitos básicos do consumidor, dispostos pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), art. 6º, inciso IV, *in verbis*:



Apesar da regulação do CDC ao tipificar a prática desleal, conforme descrito nessa justificativa, consideramos conveniente criar maiores limites à conduta acima mencionada mediante o estabelecimento de punições

mais severas. Com isso, o descumprimento da norma proposta sujeitará os infratores as penalidades dispostas pelo art. 66 com as alterações propostas.

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação de nosso Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

**Deputado FÁBIO MITIDIERI** PSD/SE